



Desinformação, fake news e pós-verdade: os desafios informacionais e comunicacionais da sociedade contemporânea

Carlos Alberto Ávila Araújo

Resumo

O objectivo deste texto é apresentar uma categorização conceitual sobre as dinâmicas contemporâneas de produção, circulação e apropriação da informação – dinâmicas estas marcadas por significativa presença de informações total ou parcialmente falsas, distorcidas ou descontextualizadas. Num primeiro momento, busca-se caracterizar as dimensões desse fenómeno. A seguir, toma-se como referência o conceito de sistemas peritos, desenvolvido por Anthony Giddens, aproximado ao campo da informação por meio do conceito de autoridades cognitivas desenvolvido por vários autores, entre os quais Linda Zagzebski. Com base nesse referencial, são distinguidos três tipos de relações com a questão das informações falsas: (i) os termos que se referem a fenómenos nos quais as instituições modernas de autoridade epistêmica são reconhecidas e

distorcidas, como as *fake news* e a *fake science*; (ii) os que se referem a fenómenos de deslegitimação das instituições modernas de autoridades epistêmicas, tais como os testemunhais falsos, as teorias da conspiração e os discursos de ódio; e (iii) os que se relacionam com o contexto em que tais fenómenos ocorrem, como a desinformação, a infodemia e a pós-verdade. Essa categorização é tensionada a partir do conceito de integridade da informação. Ao final, destaca-se a importância de se ter clareza quanto ao quadro conceitual relacionado com tais fenómenos como condição para o efetivo combate de seus efeitos nocivos.

Palavras-chave: Desinformação; Fake news; Pós-verdade; Infodemia; Integridade da informação.

INTRODUÇÃO

Este texto é uma versão modificada da conferência realizada no âmbito da I Conferência de Comunicação e Informação, realizada na Escola de Comunicação e Artes da Universidade Eduardo Mondlane, Moçambique, em Dezembro de 2023. O evento teve como tema os “Desafios da comunicação e da informação em tempos digitais” e foi promovido pela ACICOM, Associação Moçambicana de Ciências da Comunicação e da Informação. Na ocasião, foi proferida a conferência “Desinformação, *fake news* e pós-verdade”, a partir da qual foi gerado este texto.

Os termos “desinformação”, “*fake news*” e “pós-verdade” vêm sendo muito utilizados, nos últimos anos, para descrever as dinâmicas de produção, circulação e uso da informação na sociedade contemporânea. Junto com eles, outros, como infodemia, discursos de ódio, teorias da conspiração e *fake science* também vêm sendo utilizados. A presença deles tem sido verificada nos vários ambientes e dimensões da vida humana - na ciência, na educação, na saúde, na política, na cultura, na religião, e até mesmo na vida cotidiana. Contudo, nota-se que muitas vezes há uma imprecisão conceitual no uso destes termos, que algumas vezes são usados como sinônimos. Outras vezes, a delimitação do que representa um conceito, em relação aos demais, não fica clara. Dessa forma, o problema que orientou a formulação deste texto é a questão da especificidade dos vários conceitos e termos utilizados para descrever o cenário informacional contemporâneo e a necessidade de se consolidar uma precisão conceitual deles. Para tanto, foi desenvolvida uma reflexão de natureza teórica na qual, a partir de um quadro analítico específico (o conceito

de sistemas peritos e sua expressão no campo da informação, a noção de autoridades cognitivas), os vários termos mencionados acima são agrupados. Buscou-se, a seguir, discutir esses resultados com o conceito de integridade da informação, que vem sendo muito destacado em documentos recentes de organismos internacionais como a Organização das Nações Unidas e o G20.

O método utilizado neste texto consiste na revisão de literatura, que contemplou trabalhos científicos oriundos de diferentes disciplinas científicas e documentos institucionais internacionais, e uma análise epistemológica e conceitual deste material. Acredita-se que a delimitação e a precisão dos conceitos relacionados com as dinâmicas informacionais e comunicacionais da sociedade contemporânea é fundamental para a construção de ações e estratégias para combater os efeitos nocivos das informações falsas.

1. A emergência e as dimensões do tema

Antes de iniciar a discussão proposta, é preciso contextualizar a maneira como se deu a emergência do tema. A produção e a circulação de informações falsas não são exatamente uma novidade na história humana. Mentiras, boatos, rumores, enganações e falsificações sempre existiram, sempre estiveram presentes nas mais diferentes formações sociais, de diversas épocas. Mas há algo novo, há uma realidade diferente nos últimos anos. Esse algo novo tem motivado o uso de diferentes expressões para caracterizar o momento contemporâneo, tais como “o grande retrocesso” (GEISELBERGER, 2017), “era

do ressentimento" (FUKUYAMA, 2018), "sociedade do controle" (SOUZA; AVELINO; SILVEIRA, 2018), "mundo Orwell" (GÓMEZ DE ÁGREDA, 2019), "sociedade do desconhecimento" (SERRANO OCEJA, 2019), "era pós-democrática" (CASARA, 2019) e, finalmente, "era da desinformação" (O'CONNOR; WEATHERALL, 2019; SCHNEIDER, 2022).

Essas expressões contrastam com as que eram utilizadas há cerca de cinco décadas para descrever o cenário informacional global. Nas décadas de 1960 e 1970, foram produzidos vários livros e artigos científicos a respeito da chamada "sociedade da informação" ou mesmo "sociedade do conhecimento" (MATTELART, 2002; 2003). Havia naquele momento uma esperança, e uma promessa, de grandes avanços para a humanidade, em suas várias dimensões (na política, na economia, no trabalho, nos direitos humanos), por meio de um maior acesso à informação, possibilitada pelos desenvolvimentos tecnológicos. Passaram-se as décadas. Houve, efetivamente, um grande avanço tecnológico no campo da informação, com a criação dos microcomputadores, da internet, dos motores de busca, das redes sociais, dos *smart phones*, entre outros, que proporcionaram grande acesso à informação. Contudo, a promessa de uma sociedade mais racional, democrática e inclusiva não se cumpriu.

Nos últimos anos, movimentos como o terraplanismo e a negação das mudanças climáticas da Terra ganharam força. No plano político, a vitória de Donald Trump nas eleições dos Estados

Unidos em 2016, e a aprovação do *Brexit*, também em 2016, tornaram-se verdadeiros paradigmas de como as pessoas podem tomar decisão sobre o voto baseadas em informações falsas. Alguns anos depois, durante a pandemia da Covid-19, parcelas significativas da população de vários países duvidaram da existência do vírus, dos números de mortos, da importância das medidas de isolamento, da necessidade do uso de máscara, e até mesmo da validade das vacinas. As plataformas digitais, que surgiram como uma grande promessa de maior acesso à informação e maior potencial de participação e diálogo, acabaram também se tornando espaço de propagação de ódio e extremismo, de ataques à democracia, de negação do conhecimento científico e ataque às instituições (LOVELUCK, 2018; PRADO, 2022). Ao mesmo tempo, as pessoas comuns, no decurso de suas atividades cotidianas, colaboram com tais fenômenos de desinformação compartilhando conteúdos falsos, deixando de checar as informações, apropriando-se de conteúdos enganosos e utilizando-os para a tomada de decisões e condução de suas ações (KIRSCH; DILLEY, 2015; KEYES, 2018; ARGEMÍ, 2019; D'ÁVILA, 2021).

Esses factos, e muitos outros ocorridos em vários países, têm motivado pesquisadores de diferentes áreas (como a ciência política, a ciência da computação, a antropologia, o direito, a ciência da informação, entre outras) a estudarem o que tem ocorrido nas dinâmicas comunicacionais e informacionais das sociedades contemporâneas. Em tais estudos, tem ficado cada vez mais claro que as questões da desinformação, das *fake news* e

da pós-verdade possuem diferentes dimensões. Em Araújo (2024) há uma sistematização dessas dimensões construída a partir da produção científica sobre desinformação, utilizando-se um quadro de referência elaborado sobre a sistematização de Burrell e Morgan (1979) sobre as ciências sociais.

Burrell e Morgan (1979) organizam as ciências sociais a partir de duas dicotomias: os estudos que analisam a realidade social como tendo existência nela mesma, em suas regularidades, em oposição aos que a veem como construída pelos sujeitos; e os estudos que veem a vida social como uma integração de partes exercendo determinadas funções, em oposição aos que a veem como produto do conflito entre classes e grupos com interesses antagônicos. Destas duas oposições eles derivam um modelo que identifica quatro modos de se estudar a vida social: o funcionalista, o interpretativo, o estruturalista e o humanista. A partir desse quadro, Araújo (2024) identificou diferentes questões a respeito da desinformação estudadas em trabalhos científicos de várias áreas, e os agrupou conforme as quatro perspectivas de Burrell e Morgan.

Dessa forma, puderam ser identificados estudos que entendem a desinformação como disfunções das sociedades contemporâneas, dentro de um quadro de desordem informacional ou de infodemia. Assim, estudos sobre os tipos de desinformação, sobre a perda da confiança nas autoridades cognitivas, sobre a necessidade de fortalecimento dessas autoridades e letramento sobre seu modo de funcionamento, bem como estratégias

de responsabilização e criminalização em relação a quem produz e difunde desinformação se enquadram em uma perspectiva funcionalista.

Já estudos que buscam compreender por que as pessoas acreditam nas informações falsas, que critérios utilizam para escolher acessar e se apropriar de determinados canais, fontes e conteúdos, e como decidem valorizar e compartilhar certas informações se enquadram em uma perspectiva compreensiva. Estão nessa abordagem pesquisas sobre os vieses cognitivos dos usuários, sobre valores que incidem sobre os usuários (rejeição aos especialistas, desdém pela verdade), sobre os processos de fixação das crenças e sobre a ilusão de que determinados processos ocorrem sem mediação da informação.

Já em uma perspectiva estrutural ou marxista, se agrupam estudos que buscam ver a dimensão ideológica da desinformação, isto é, os usos que são feitos dos conteúdos (falsos ou manipulados) para sustentar determinados interesses e relações de poder. Nessa linha estão aquelas pesquisas sobre o modelo de negócio das **big techs** (a economia política das plataformas digitais), o capitalismo de vigilância, a promoção comercial do negacionismo científico, a promoção do ódio para mobilização política de grupos e o alinhamento de grupos políticos extremistas e populistas às práticas de desinformação.

Por fim, na perspectiva humanista, estão os estudos voltados à compreensão de como os sujeitos se posicionam em relação às dinâmicas da

desinformação e seu caráter ideológico, as competências maiores ou menores dos sujeitos para identificar os atores, seus interesses e os mecanismos das plataformas digitais, em condições que variam da alienação à emancipação. Uma síntese dessa sistematização é apresentada a seguir, no quadro 1.

Quadro 1: As quatro dimensões da desinformação

FUNCIONALISTA/ SISTÊMICA	INTERPRETATIVA/ CONSTRUCIONISTA
Infodemia/desordem informacional Fortalecimento das instituições Tipologia da desinformação Responsabilização Competência em informação	Vieses cognitivos Cultura da pós-verdade Culto do amadorismo Fixação da crença Desintermediação da informação
ESTRUTURAL/MARXISTA	HUMANISTA/ EMANCIPATÓRIA
Modelo de negócios Capitalismo de vigilância Negacionismo Populismo Economia do ódio	Condições de alienação Emancipatório Competência crítica em informação Justiça epistêmica Participação na democracia

Fonte: adaptado de Araújo (2024)

Nos estudos que compõem esse quadro de quatro dimensões, verifica-se o uso de termos distintos como infodemia, *fake science*, discurso de ódio, negacionismo, entre outros para a descrição dos fenômenos pesquisados. Assim, o objetivo deste texto é apresentar uma categorização destes termos, utilizando como ponto de referência

as noções de “sistemas peritos” e “autoridades epistêmicas”. Tais fenômenos podem ser divididos conforme actuam em relação à confiança depositada nas autoridades cognitivas: buscando aproximar-se à sua legitimidade, buscando destruí-la ou fornecendo um cenário para seu questionamento. Pretende-se, com isso, promover um quadro de compreensão da complexidade dos fenômenos da desinformação, das *fake news* e da pós-verdade e, dessa forma, contribuir para o combate de seus efeitos nocivos.

2. Autoridades cognitivas e a questão da confiança

O ponto de partida da análise aqui proposta é a ampla compreensão sobre a modernidade realizada por Giddens (1991). Em sua análise de como deu-se a transição das sociedades pré-modernas para a modernidade, o autor identifica a ocorrência de vários fenômenos que alteraram, de maneira profunda, as várias dimensões da vida humana (a política, a economia, a cultura, a regulamentação, o trabalho). Esses fenômenos produziram um novo estilo de vida e organização social que emergiram na Europa, a partir do século XVII, e que depois tornaram-se mundiais em sua influência. Entre essas mudanças está o chamado “desencaixe dos sistemas sociais”, que alteraram as relações espaciais e temporais e inseriram na vida humana uma organização racionalizada. Giddens dedica-se a estudar esses mecanismos, que são de dois tipos: as fichas simbólicas e os sistemas peritos. Ambos dependem fundamentalmente da confiança: ela é essencial para a constituição das instituições da modernidade.

Os sistemas peritos são definidos por Giddens como estruturas de excelência técnica ou competência profissional que organizam grandes áreas dos sistemas material e social em que vivemos. O autor traz, como exemplo, uma escada, que utilizamos com a certeza de que não cairemos, de que ela não se quebrará – ou seja, aceitamos o risco, porque acreditamos na perícia de quem a produziu. Os sistemas peritos actuam por todos os espaços e ambiências. Cada pessoa, ao longo da sua vida, depara-se com situações e problemas nos quais o seu próprio conhecimento é nulo ou rudimentar (por exemplo, a necessidade de realização de uma cirurgia, ou o conserto de um equipamento microeletrónico) e atribui, nessas situações, o protagonismo na resolução dos problemas a um outro actor profissional, dotado de reconhecido conhecimento naquela área. As actividades passam a ocorrer, assim, a despeito dos conhecimentos de cada uma das pessoas envolvidas.

Os sistemas peritos permitem que uma imensa gama de actividades humanas passem a ser desempenhadas com maior eficácia, eficiência, exatidão e produtividade, justamente porque são executadas por pessoas dotadas de treinamento, conhecimento prévio e formação específicas. Nos cuidados com o corpo, a moradia, a alimentação, o relacionamento humano, em todas as esferas da vida humana é possível ter-se uma acção mais racional e produtiva a partir de sua orientação por um profissional funcionalmente orientado e especializado. Isso deu-se, portanto, na medicina, na engenharia, na nutrição, na gastronomia, e em diversos outros campos. Deu-se, também, no campo informacional e comunicacional.

Assim, com o processo de consolidação da modernidade, foram consolidando-se também instituições responsáveis pela produção e circulação de conhecimento certificado: universidades, institutos de pesquisa, escolas, empresas jornalísticas, bibliotecas, arquivos, museus e outras. Cada uma delas possui determinados instrumentos e métodos para a produção, a conferência, a validação e a certificação dos conhecimentos produzidos ou postos em circulação. Mas todas elas passaram a ser entendidas, então, como autoridades cognitivas ou autoridades epistêmicas (WILSON, 1983; RIEH, 2010; ZAGZEBSKI, 2012; FROEHLICH, 2019, GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2022).

Giddens destaca que o elemento fundamental para o funcionamento dos sistemas peritos é a questão da confiança que os sujeitos depositam neles. E esta confiança constrói-se de maneira racional, por meio de mecanismos de controle, formação universitária, códigos de ética, definição de protocolos e transparência, entre outros fatores. O mesmo vale para as autoridades epistêmicas.

É importante ressaltar, contudo, que a actualização de conhecimentos peritos não é uma criação da modernidade. Antes das sociedades modernas, existiram corporações de ofício, de artesãos, saberes especializados, até mesmo universidades. A novidade trazida pela modernidade foi a complexa estrutura de validação e certificação destes sistemas peritos, por meio de cursos de formação profissional, conselhos de fiscalização, legislação de regulamentação, entre outras, que constituem exatamente os elementos que garantem a

confiança. O conceito de sistemas peritos, e a existência ou não de confiança neles, será usada no tópico seguinte para a caracterização dos diferentes fenômenos relacionados com a desinformação.

3. A rede conceitual

Entre os diversos termos utilizados para caracterizar o momento informacional contemporâneo é possível distinguir três tipos de relações com a questão das informações falsas: (i) os termos que se referem a fenômenos nos quais as instituições modernas de autoridade epistêmica são reconhecidas e distorcidas; (ii) os que se referem a fenômenos de deslegitimação das instituições modernas de autoridades epistêmicas; e (iii) os que se relacionam com o contexto em que tais fenômenos ocorrem.

O primeiro tipo relaciona-se com práticas que reconhecem a legitimidade das instituições modernas de autoridades epistêmicas: o jornalismo e a ciência.

O primeiro conceito relevante nessa discussão é o de *fake news*. O termo tornou-se relevante no ano de 2016 (D'ANCONA, 2018), quando foi utilizado exaustivamente pelo candidato a presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, para desqualificar e difamar os veículos de comunicação de massa quando estes apresentavam factos que o desfavoreciam. O termo foi usado exatamente para deslegitimar as instituições jornalísticas, questionando a sua confiabilidade. Há, pois, uma resistência ao uso desse termo, por parte de jornalistas e estudiosos da

comunicação, por considerarem que, se é falsa, então não é notícia – entendendo-se notícia como uma categoria jornalística. O uso abundante do termo, contudo, acabou por o consagrar como fundamental para a compreensão da nossa época.

Literalmente, *fake news* significam notícias falsas. O primeiro elemento de sua caracterização é sua falsidade: elas são produzidas com a intenção de mentir, de enganar, de distorcer ou esconder a verdade. O segundo elemento é que elas buscam ser apreendidas como notícias jornalísticas verdadeiras. Ou seja, as *fake news* são parte de uma estratégia que reconhece a legitimidade do discurso jornalístico, das instituições jornalísticas e, em lugar de questionar essa legitimidade, na verdade aproveitam-se delas para terem credibilidade. Não só do jornalismo, mas também das universidades, institutos públicas e privadas, da ciência – frequentemente as *fake news* apelam para “especialistas”, cientistas, professores, políticos, alguns falsos, outros com fala distorcida (MENEZES, 2022).

Fake news portanto são mentiras travestidas de jornalismo. Elas podem ter origem, por exemplo, em um *site* que copia, na aparência, as características de um *site* jornalístico; podem ter como nome ou endereço *web* ou mesmo nome de uma instituição já existente, com uma letra trocada; podem ser assinadas por pessoas que se apresentam como jornalistas sem serem, ou por pessoas com o nome quase idêntico ao de jornalistas ou colunistas reconhecidos e respeitados. O texto utiliza a estrutura típica do jornalismo – linguagem, entrevistas, apoio em avaliações de especialistas, imagens, entre outros.

É importante destacar o facto que, obviamente, não se quer dar a entender aqui que os meios de comunicação sempre dizem a verdade. Décadas de estudos científicos têm demonstrado como os veículos jornalísticos são empresas que atendem ou são suscetíveis a determinados interesses de grupos econômicos, políticos, militares, religiosos, etc. (PELLICER ALAPONT, 2017). Contudo, sempre foram instituições com sede, registro, funcionários contratados e, para a construção de sua credibilidade, nunca puderam inventar factos completamente falsos, sob pena de serem responsabilizados e desacreditados. Distorções de factos, enquadramentos favoráveis a um grupo ou desfavoráveis a outro, silêncio sobre fatos desabonadores de seus financiadores, escutar apenas um lado da questão, mistura de opinião em conteúdo informativo são algumas das várias estratégias para moldar ou distorcer a realidade conforme determinados interesses. A novidade trazida pelas *fake news* é a construção de um relato completamente falso, de uma notícia de um facto que nunca aconteceu, e sua apresentação nos moldes do discurso jornalísticos. A força das *fake news* reside na incapacidade (ou desinteresse, como será apontado a seguir) das pessoas em diferenciar um tipo de outro, atribuindo o mesmo grau de confiabilidade a conteúdos distintos apenas pela aparência do conteúdo informacional.

O outro conceito é o de *fake science*, associado ao fenómeno do negacionismo científico. Muitos estudos mostram que questionamentos à ciência existem há muito tempo e são provenientes tanto do senso comum, das autoridades constituídas nas práticas tradicionais, como também de líderes religiosos.

Mas o negacionismo como uma estratégia articulada tem, segundo historiadores, uma origem bem precisa: a metade do século XX, quando a ciência descobriu os vínculos entre o ato de fumar e o câncer (McINTYRE, 2018; WILBER, 2018). Uma vez estabelecida a verdade científica, a poderosa indústria do tabaco precisava garantir a sobrevivência de seu negócio. Grupos industriais do tabaco criaram uma fundação, começaram a financiar cientistas para dizerem que não era totalmente certo que o fumo causava câncer (porque, claro, não poderiam provar o contrário) e a disseminar a ideia de que qualquer debate sobre o tema, em universidades, escolas ou na mídia, deveria apresentar os dois “lados” da questão, isto é, o dos que têm certeza de que causa câncer, e dos que dizem que talvez cause. Isso foi conduzindo à ideia de haver dois lados da questão e, para o público leigo, consolidava-se a ideia de que havia os cientistas que diziam que causa câncer e os que diziam que não. Isso foi suficiente para semear a dúvida e garantir a continuidade dos negócios. Nas décadas seguintes, estratégias semelhantes foram criadas por grupos empresariais, industriais e políticos para promover ideias como, por exemplo, a de que o aquecimento global não existe, de que vacinas causam doenças e, até mesmo, de que a Terra é plana.

O cerne da questão do negacionismo científico, também contemplado pela noção de *fake science*, é que toda vez que a ciência descobre uma verdade que desagrade determinado grupo (país, empresa, religião, etc.), esse grupo mobiliza esforços para desacreditar a ciência e, inclusive, fortalece-se com a confluência de outros movimentos negacionistas (GOMES; ZAMORA, 2024).

Associado à *fake science* está a pseudociência,

que tenta vender ideias, produtos e serviços sem validade científica utilizando estratégias como a linguagem científica e a evocação de figuras de autoridade (MARÇAL, 2014). Diferentemente da *fake science*, quando um fato falso é apresentado como se fosse evidência científica, muitas vezes com o acompanhamento de ataques à ciência estabelecida, nos casos de pseudociência apela-se para uma ideia de ciência “alternativa”, que estaria desenvolvendo-se de maneira paralela à ciência institucional e ainda à espera da efetiva validação.

Paralelamente ao negacionismo científico, verifica-se, também, o negacionismo histórico. A negação da existência do holocausto é, certamente, o mais conhecido exemplo, mas há outros igualmente graves como a negação de torturas em regimes ditatoriais, ou de que não existiu corrupção em ditaduras, ou de que regimes que suprimem as liberdades individuais e implementam a política de tortura e morte de opositores políticos não foram ditaduras, entre muitos outros. Ambos, o negacionismo científico e o negacionismo histórico, beneficiam-se do fenômeno dos *clickbaits*, os caçadores de cliques (APARICI; GARCÍA-MARÍN, 2019). São grupos ou pessoas que percebem o potencial de visibilidade da produção de conteúdo negacionista e o fazem justamente para obterem visualizações e, com isso, recursos econômicos. Há muitas décadas, estudos sobre o sensacionalismo já evidenciam a grande popularidade que conteúdos enganosos podem alcançar, mas nos tempos actuais essa dimensão soma-se ao alto grau de sofisticação no uso desse recurso e seu vínculo com interesses políticos, econômicos ou religiosos.

O segundo tipo de fenômeno relacionado é aquele no qual acções são feitas para destruir a legitimidade das instituições modernas, por meio da destruição da confiança da qual elas dependem para actuar. Encaixam-se nessa caracterização os testemunhos falsos, as teorias conspiratórias e os discursos de ódio.

O primeiro fenômeno é o testemunhal falso. No espanhol, tem-se utilizado a expressão *cuñadismo* (ARGEMÍ, 2019) e, com algumas diferenças, no inglês o termo *bullshit* (FRANKFURT, 2019). Trata-se da velha fofoca, ou rumor, mas com uma sofisticação proporcionada pelos aparatos tecnológicos (filmagens e voz) que, ao contrário das *fake news*, constrói-se na oposição às instituições e autoridades cognitivas. Essa modalidade se sustenta na crença de que universidades, escolas, cientistas, veículos jornalísticos, organizações internacionais são todos manipuladores, doutrinadores, agentes conspiratórios, e que, portanto, não merecem credibilidade. Os testemunhos são produzidos por pessoas que se apresentam como pessoas “comuns”, que usam linguagem coloquial, erros gramaticais, filmagens amadoras, e que defendem essas características como uma virtude – o fato de serem simples, cotidianas, “assim como a pessoa que assiste” torna-se o critério de legitimidade, de credibilidade, em oposição às forças manipuladoras das instituições do chamado “sistema” (KIRSCH; DILLEY, 2015). A força do relato, o grau de emoção do autor ou apresentador, e a importância dos fatos apresentados (normalmente secretos, porque estão sendo escondidos justamente pelas instituições) agregam força narrativa a essa modalidade informativa. Alguns fatos estão diretamente relacionados

com a emergência dessa modalidade, como a chamada cultura do amadorismo (KEEN, 2008) e a falsa equivalência (McINTYRE, 2018).

As teorias conspiratórias constituem um segundo tipo de fenômeno, no qual se promove um suposto posicionamento crítico por parte das pessoas (a desconfiança de todas as instituições, governos, órgãos oficiais) em prol, contudo, da adesão a determinado líder que seria o grande “revelador” de conspirações (PROCTOR, 2008). A atitude conspiratória gera um elemento fundamental na postura de quem se torna adepto delas: é que não há possibilidade de um contraditório, de uma contra-argumentação baseada em evidências, pois a conspiração é sempre secreta, escondida, portanto, não necessita de evidências, de fundamentação em fatos, para que se acredite nela. A narrativa na qual se acredita importa mais do que os fatos (D’ANCONA, 2018).

O terceiro fenômeno é o discurso do ódio. Diferente dos dois primeiros, ele não busca ser factual. Ele não tem a intenção de apresentar um fato do mundo. É um fenômeno diferente dos demais apresentados neste texto, pois independe da questão da verdade. Ele se refere a intenções, desejos, necessidades e medos de determinado sujeito ou grupo de sujeitos – por exemplo, de que imigrantes voltem para os países deles, de que o feminismo desapareça e tudo volte a ser como antes, de que determinado grupo político seja exterminado (GREIFENEDER; JAFFÉ; NEWMAN; SCHWARZ, 2021; FUKUYAMA, 2019). Sua intenção, e nisso ele é complementar aos dois primeiros, é mobilizar as pessoas para agirem com a emoção e não com a razão - por

isso ele possui um papel importante na análise aqui empreendida. Mais especificamente, ele atua para provocar determinadas emoções (medo, ressentimento, ódio) de forma a proporcionar reações de agressividade, sobretudo em relação à discordância. O outro deixa de ser visto como adversário, portador de ideias ou pontos de vista distintos, e torna-se um inimigo a ser eliminado, e todo o objectivo dos espaços informacionais passa a ser vencer o outro (EMCKE, 2018). Nesta modalidade, os fatos mencionados podem ser verdadeiros ou não, mas a intenção é colocar as pessoas em estado de guerra – mas é justamente essa condição emocional que predispõe as pessoas a deixarem de lado a busca da verdade em prol do objectivo mais urgente de vencer a discussão a qualquer preço. Tiburi (2020) explica que o ódio surge como um afeto redentor para sujeitos com medo ou ressentidos, ele proporciona a experiência de que se está fazendo algo contra o medo ou a fonte do medo.

O terceiro conjunto de termos relaciona-se com as tentativas de descrição, de uma forma geral, do momento informacional que estamos vivendo. São expressões que acabam por caracterizar o contexto dos fenômenos anteriormente mencionados.

O primeiro destes termos é desinformação. Um trabalho que se tornou referência fundamental sobre o tema é o de Wardle e Derakhshan (2017), em que há a definição do termo a partir de sua estruturação em relação a três conceitos: *mis-information* (a informação falsa que é compartilhada sem a intenção de causar dano), *dis-information* (a informação falsa que é compartilhada com a intenção de causar

danos) e *mal-information* (a informação maliciosa, isto é, a informação correta que é distorcida ou descontextualizada no ato do compartilhamento com a intenção de causar danos). Essa estrutura se sustenta em dois critérios: a intencionalidade e a veracidade dos conteúdos.

Uma outra acepção do termo apresenta uma articulação entre dois sentidos (COSENTINO, 2020). Um deles refere-se às sofisticadas técnicas de produção de mentiras, portanto à dimensão estratégica e intencional de produção da falsidade. Trata-se de identificar os grupos que produzem e disseminam as *fake news*, os testemunhais, o discurso do ódio, que selecionam os melhores canais para cada um deles, articulam a complementaridade dos discursos em cada modalidade, identificam os opositores a serem neutralizados.

Nesse sentido, uma das estratégias mais bem-sucedidas foi o sequestro das ideias pós-modernas sobre a verdade. O movimento pós-modernista desenvolveu-se ao longo do século XX como um movimento artístico, cultural e também filosófico. Entre suas características está o questionamento da ideia de existência de uma verdade absoluta, única, ou seja, não existiria uma resposta absolutamente correta sobre o que cada elemento da realidade significa. A denúncia de que qualquer declaração de verdade seria um ato autoritário, porque sempre ideológica, acabou sendo uma crítica sequestrada por movimentos políticos para dizer que tudo seria ideológico e, portanto, não haveria “verdade”, apenas “fatos alternativos” – expressão utilizada pelo presidente dos Estados Unidos Donald Trump em

diversas ocasiões em que mentiu e foi confrontado por jornalistas, cientistas ou membros de judiciário com as evidências dos fatos verdadeiros (KAKUTANI, 2019).

O outro sentido da expressão desinformação diz respeito aos efeitos dessas ações, isto é, ao estado de caos, de confusão, de dúvida, gerado em amplas parcelas da população que justamente necessitam e/ou buscam informação para definir suas opiniões e tomar suas decisões (EMPOLI, 2019). Nesse segundo sentido, desinformação aproxima-se bastante do próximo conceito a ser apresentado, o de infodemia.

Infodemia é um termo que se popularizou no ano de 2020, a partir das ações da Organização Mundial da Saúde no contexto da pandemia da Covid-19, que inclusive organizou uma conferência sobre o tema, a 1st WHO Infodemiology Conference. A associação dos termos informação e pandemia caracteriza uma dimensão patológica da dimensão informacional: a gigantesca abrangência e velocidade de disseminação de informações total ou parcialmente falsas tem produzido um quadro em que tais informações estão tão ou mais presentes, na vida das pessoas, do que as informações verdadeiras e confiáveis, e acabam tendo muito mais influência na tomada de decisões e na definição das linhas de ação (NAEEM; BHATTI, 2020). O excesso de informações circulantes (algumas verdadeiras, outras falsas) faz com que seja difícil para as pessoas, no seu cotidiano, delimitar quais são as fontes, canais e conteúdos confiáveis, e encontrar as informações verdadeiras na hora de tomar as decisões e agir

(ALZAMORA; MENDES; RIBEIRO, 2021). Conforme Zarocostas (2020), esse fenômeno pode agravar uma situação de pandemia (como a vivida em 2020) também por gerar ansiedade, sobrecarga e exaustão nas pessoas, além de tornar mais complexos os processos de controle de qualidade do que é publicado e de atestar a idoneidade das fontes de informação.

Uma explicação do significado dessa expressão está também presente em Wardle e Derakhshan (2017) sob a denominação de desordem informacional. Os autores argumentam que, embora haja uma vasta pesquisa sobre os impactos históricos de informações falsas e rumores, há um conjunto de novidades no momento contemporâneo: a poluição da informação em um nível de escala global; uma complexa rede de motivações para a produção, a disseminação e o consumo dessas mensagens “poluídas”; uma miríade de tipos de conteúdo e técnicas para amplificar tais conteúdos; inúmeras plataformas hospedando e reproduzindo esse conteúdo; e velocidades vertiginosas de comunicação entre pessoas que confiam umas nas outras.

Por fim, há ainda a expressão pós-verdade. Muitos pesquisadores criticam seu uso, identificando que ele seria na verdade um modismo ou mero sinônimo de mentira, com uma embalagem diferente (McINTYRE, 2018; FULLER, 2018; SANTAELLA, 2019). Mas os pesquisadores que o propuseram como conceito científico alertam que ele designa uma questão inédita. É o que está expresso na definição do dicionário Oxford, que salienta que, no cenário da pós-verdade, os apelos à emoção (daí a importância do discurso de ódio) e às crenças pessoais (daí a

importância das teorias conspiratórias e do negacionismo) são mais importantes na formação da opinião do que os fatos da realidade (D’ANCONA, 2018).

A pós-verdade é um fenômeno que se produz na confluência de três condições. A primeira delas é a ampla disseminação de informações falsas (completamente falsas, e não apenas distorções como na era dos meios de comunicação de massa) com suporte tecnológico que permite alcances inimagináveis na era da fofoca e dos rumores. A segunda é a possibilidade de checagem nos dias atuais, em que muitas pessoas podem, em poucos segundos e com aparelhos de uso cotidiano como o smartphone ou o notebook, checar a veracidade das informações recebidas por elas em qualquer meio. A terceira é o fato de as pessoas não fazerem isso, isto é, não checarem, não verificarem se uma informação é verdadeira ou falsa, antes de a repassarem e dela apropriarem. É esse desinteresse, esse desdém pela verdade, que marca aquilo que vem sendo identificado como uma “cultura da pós-verdade” (WILBER, 2018) ou um “regime de pós-verdade” (BRONCANO, 2019). A expressão cultura designa justamente um conjunto de valores, de naturalizações, de estímulos a um determinado comportamento – no caso, o desprezo pela verdade, a valorização daquilo que confirma ideias preconcebidas, a seleção apenas daquilo que é confortável. A pós-verdade caracteriza um imaginário contemporâneo no qual a desconsideração da verdade é naturalizada, estimulada, exaltada, como um valor ou uma virtude (D’ANCONA, 2018; MUROLO, 2019).

Juntos, os três fatores listados acima se articulam com as quatro dimensões da desinformação (a

disfunção das instituições, as estratégias deliberada de produção de mentiras, as ações espontâneas desempenhadas pelas pessoas no cotidiano e as condições de alienação) e produzem as condições da desinformação: uma perda da confiança nas autoridades epistêmicas (jornalismo, escola, universidade, ciência, bibliotecas, arquivos, museus) enquanto portadores de informação verdadeira, certificada, confiável. Em seu lugar, há a confiança em líderes populistas, políticos ou religiosos, ou em pessoas que se apresentam como comuns e desinteressadas, ou fraudadores passando por jornalistas ou cientistas. Por um lado, as ações estratégicas de conteúdo falso (*fake news*, *fake science*), ao produzirem, efetivamente, mentiras, minam a confiança nos sistemas peritos informacionais, exatamente pela veiculação da mentira – pela criação de um cenário de contradições, de dúvidas, de caos (EMPOLI, 2019) e de destruição de reputações e instituições políticas, democráticas, profissionais (KAKUTANI, 2019). Por outro lado, ações deliberadamente destruidoras da confiança nas autoridades epistêmicas, que apelam para emoções, sentimentos conspiratórios, de medo e de ódio, levam os sujeitos a não agirem racionalmente (EATWELL; GOODWIN, 2019). Proporcionando um clima favorável para as duas ações, os cenários de desinformação, infodemia e pós-verdade compõem o contexto no qual tais ações se passam.

4. A integridade da informação

Como forma de discutir os resultados da sistematização promovida no tópico anterior, encaminha-se a seguir uma nova questão, a da integridade da informação. Recentemente, como uma estratégia para combater os efeitos nocivos

da desinformação e das *fake news*, essa perspectiva vem sendo proposta no âmbito de importantes agências internacionais. Entre os atores que têm proposto esse conceito, está o G20, o fórum composto pelos países que possuem as maiores economias do mundo. O grupo foi criado em 1999 e atualmente conta com 19 países (África do Sul, Alemanha, Arábia Saudita, Argentina, Austrália, Brasil, Canadá, China, Coreia do Sul, Estados Unidos, França, Índia, Indonésia, Itália, Japão, México, Reino Unido, Rússia e Turquia), além de dois organismos regionais – União Europeia e União Africana, esta, admitida recentemente. Juntos, eles representam cerca de 85% do PIB mundial e 64% da população mundial.

O G20 possui uma série de grupos de trabalho, voltados para diferentes aspectos da realidade econômica mundial. Um deles é o Grupo de Trabalho da Economia Digital (G20 DEWG, na sigla em inglês). Criado em 2021, este grupo tem por objetivo apresentar estudos para ajudar na formulação de políticas públicas sobre o potencial digital da economia. Já foram propostos temas como a conectividade significativa e universal, a inteligência artificial, o governo digital e, mais recentemente, a integridade da informação. No dia 20 de setembro de 2023, foi lançada a Declaração Global sobre Integridade da Informação Online, em Nova York, nos Estados Unidos.

Também no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU), o conceito vem sendo desenvolvido nos últimos anos, relacionado com as tecnologias digitais, a desinformação e a consolidação da democracia. Um marco, nesse sentido, foi a publicação do documento “Our Common Agenda: Policy Brief 8”, pela ONU, em junho de 2023. Um pouco antes, em fevereiro de 2022, o Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (Pnud)

da ONU publicou o documento “Information Integrity: Forging a Pathway to Truth, Resilience and Trust”.

Nestes documentos, a integridade da informação é definida como a confiabilidade, o equilíbrio e a completude das informações às quais os cidadãos têm acesso, relacionadas aos temas políticos (ações governamentais, ações dos atores políticos relevantes, entre outros) e cotidianos (saúde, cultura, meio ambiente, etc.). Os problemas contemporâneos relacionados com a informação e a comunicação em meios digitais são vistos, assim, como ameaças à integridade da informação. A justificativa do uso do termo se coloca na medida em que ele representa uma ampliação do escopo, da intencionalidade da produção de conteúdos para o que acontece com a informação durante a sua circulação, isto é, as práticas empresariais e mercadológicas, a velocidade e o alcance dos conteúdos, o direcionamento de mensagens e a lógica de recomendações dos algoritmos, entre outros fenômenos que atuam promovendo a deterioração da integridade da informação. Os documentos apontam, ainda, a principal consequência das ameaças à integridade da informação: embora sempre tenha havido discordâncias entre grupos com ideologias diferentes, estaria acontecendo agora, pela primeira vez na história, um desacordo generalizado a respeito de fatos básicos da realidade.

Nestes documentos, há a ideia de que o acesso à informação confiável, que passe por verificações ou controles, é fundamental para que a humanidade possa lidar com diferentes desafios. Entre os desafios mencionados estão os conflitos violentos, os retrocessos democráticos, as emergências climáticas, a pandemia de Covid-19, a busca por uma governança eficaz, o desenvolvimento sustentável, a transparência, responsabilidade e confiança nas instituições,

o combate aos preconceitos e a busca por sociedades inclusivas, pacíficas e justas. Nesse quadro, argumenta-se que a internet mudou as condições de produção, distribuição e consumo de informação, trazendo por um lado oportunidades (maior acesso, maior liberdade de expressão, maior possibilidade de participação pública) e, por outro, desafios (favorecimento de conteúdo sensacionalista, desinformação, uso de robôs).

O conceito de integridade da informação representa um esforço com impactos diretos na consolidação das autoridades epistêmicas, isto é, aquelas instituições cuja função social é produzir e disseminar conhecimentos verdadeiros, verificados, de acordo com as evidências e com o consenso científico (ZAGZEBSKI, 2012). Afinal, com a incorporação da perspectiva da integridade da informação, a ideia de autoridade epistêmica passar a ir além da ideia de fonte de informação ou de determinado conteúdo, para incluir também um lastro institucional, um compromisso com a correspondência dos discursos e conteúdos com os fatos da realidade, utilizando determinados instrumentos e métodos para a produção, a conferência, a validação e a certificação dos conhecimentos produzidos ou postos em circulação e os canais utilizados para isso.

A integridade da informação busca, assim, eliminar aqueles discursos e conteúdos que buscam se aproveitar da legitimidade das autoridades epistêmicas para propagar a fraude, o engano e a falsidade. Ao mesmo tempo, ela busca mitigar o efeito dos mecanismos que buscam destruir a confiança nas autoridades cognitivas (os testemunhais falsos, as teorias da conspiração e os discursos de ódio) por meio de um ecossistema de informação marcado pela transparência, responsabilização e

curadoria de conteúdos. E, ainda, por meio da promoção de um ecossistema informacional saudável, busca alterar o contexto marcado pela desinformação, infodemia e pós-verdade com uma revalorização do interesse pela busca da verdade, do consenso e da consideração dos pontos de vista dos diferentes atores. A noção de integridade da informação enfatiza a importância da coesão social - coesão entendida como um acordo em relação aos fatos básicos do mundo, aqueles sobre os quais é possível proceder à verificação, à busca de evidências, e que serão as bases sobre as quais podem ser construídos os debates públicos e exercida a democracia.

Concluindo, o conceito de integridade da informação tem como um de seus objetivos deslocar o debate de um viés negativo (o combate a fenômenos de desinformação, das *fake news* e da pós-verdade) para um viés positivo (de proposição de ações, de busca por um ecossistema de informação saudável).

5. Considerações finais

O crescimento de movimentos neonazistas, de xenofobia e preconceito contra determinados grupos sociais, aliado ao movimento de recusa a protocolos de saúde (como as vacinas) e os riscos para a democracia em vários países vem alertando pesquisadores, governantes, movimentos sociais e vários outros grupos sobre os perigos da desinformação, das *fake news* e da pós-verdade. Se é preciso combater tais factos, e todos os outros efeitos perversos promovidos por eles, compreender efetivamente a natureza de cada tipo de fenómeno associado é uma necessidade - e esse texto buscou avançar na contribuição para isso. O cenário actual, de ampla produção, circulação e apropriação de

informação falsa, desafia as categorias de pensamento até então existentes, convoca a formulação de novos conceitos e proposição de novas acções.

Voltando à reflexão de Giddens, é fundamental lembrar que as instituições produzidas na modernidade, entre as quais as autoridades epistêmicas, buscaram melhorar as condições da vida humana, em todas as suas esferas e dimensões. Naturalmente, não são perfeitas, e seu constante aperfeiçoamento deve ser buscado. A acção de sua destruição, e substituição por outras formas de acção, deve ser vista com críticas - sobretudo quando tais acções estão a serviço de ideologias totalitárias, autoritárias e excludentes, visando a construção de novas formas de dominação em lugar da emancipação humana e a justiça social (EATWELL; GOODWIN, 2019).

Assim, combater os efeitos perversos da desinformação, das *fake news* e da pós-verdade é fundamental. Diversas acções nesse sentido vêm sendo identificadas por pesquisadores de várias áreas: a promoção de competência crítica em informação ou literacia digital, a criação de mecanismos de certificação da veracidade e qualidade da informação, a construção de mecanismos de responsabilização por crimes cometidos por meio de informação falsa, o aumento da visibilidade e circulação dos serviços de checagem, e a mobilização de estratégias para o esclarecimento quanto às bolhas e para sua "perfuração" (FERRARI, 2018; NOBLE, 2018; DALKIR; KATZ, 2020). A efetiva implementação de tais acções é fundamental para a garantia da integridade da informação e, conseqüentemente, a manutenção de determinados valores construídos nos últimos séculos: a democracia, a inclusão, a defesa da diversidade e o estímulo a uma cultura da paz (CASARA, 2019).

Referências

- ALZAMORA, G.; MENDES, C. M.; RIBEIRO, D. M., orgs. - Sociedade da desinformação e infodemia. Belo Horizonte: Fafich/Selo PPGCOM/UFMG, 2021.
- APARICI, R.; GARCÍA-MARÍN, M., coords. - *La pos-verdad: una cartografía de los medios, las redes y la política*. Barcelona: Gedisa, 2019.
- ARAÚJO, C. A. Á. - Dinâmicas da desinformação. *Páginas a&b: Arquivos e Bibliotecas*, n. especial VI, 2024, p. 31-52.
- ARGEMÍ, M. - *Los siete hábitos de la gente desinformada*. Barcelona: Conecta, 2019.
- BRONCANO, F. - *Puntos ciegos: ignorancia pública y conocimiento privado*. Madrid: Lengua de Trapo, 2019.
- BURRELL, G.; MORGAN, G. - *Sociological paradigms and organizational analysis*. Londres: Heinemann, 1979.
- CASARA, R. - *A era pós-democrática*. Porto: Exclamação, 2019.
- COSENTINO, G. - *Social media and the post-truth world order: the global dynamics of disinformation*. Cham: Palgrave, 2020.
- D'ANCONA, M. - *Pós-verdade*. Barueri: Faro Editorial, 2018.
- D'ÁVILA, M., org. - *Rede de mentiras e ódio: e se o alvo fosse você? Relatos da violência promovida pelas redes de ódio, preconceito e fake news*. Porto Alegre: Instituto E se Fosse Você, 2021.
- DALKIR, K.; KATZ, R., eds. - *Navigating fake news, alternative facts, and misinformation in a post-truth world*. Hershey: IGI Global, 2020.
- EATWELL, R.; GOODWIN, M. - *Nacionalpopulismo: por qué está triunfando y de qué forma es un reto para la democracia*. Barcelona: Península, 2019.
- EMCKE, C. - *Against hate*. Cambridge: Polity Press, 2019.
- EMPOLI, G. - *Os engenheiros do caos*. São Paulo: Vestígio, 2019.
- FERRARI, P. - *Como sair das bolhas*. São Paulo: Armazém da Cultura, 2018.
- FRANKFURT, H. - *On bullshit: sobre a conversa, o embuste e a mentira*. Lisboa: Bookout, 2019.
- FROEHLICH, T. J. - The role of pseudo-cognitive authorities and self-deception in the dissemination of *fake news*. *Open Information Science*, v. 3, n. 1, 2019, pp. 115-136.
- FUKUYAMA, F. - *Identidad: la demanda de dignidad y las políticas de resentimiento*. Barcelona: Deusto, 2019.
- FULLER, S. - *Post-truth: knowledge as a power game*. London: Anthem, 2018.
- GEISELBERGER, H., ed. - *O grande retrocesso*. Lisboa: Objectiva, 2017.
- GIDDENS, A. - *As consequências da modernidade*. São Paulo: Editora UNESP, 1991.
- GOMES, S.; ZAMORA, M. H. - *Negacionismo: definições,*

confusões epistêmicas e implicações éticas. *Ciência & Educação*, v. 30, e24008, 2024.

GÓMEZ DE ÁGREDA, Á. - *Mundo Orwell: manual de supervivência para un mundo hiperconectado*. Madrid: Ariel, 2019.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. - Orientações contemporâneas da ciência da informação: vinculações com a epistemologia social. *Museologia & Interdisciplinaridade*, v. 11, n. 22, 2022.

GREIFENEDER, R.; JAFFÉ, M.; NEWMAN, E.; SCHWARZ, N., eds. - *The psychology of fake news: accepting, sharing, and correcting misinformation*. London: Routledge, 2021.

KAKUTANI, M. - *La muerte de la verdad: notas sobre la falsedad en la era Trump*. Barcelona: Galáxia Gutemberg, 2019.

KEEN, A. - *O culto do amadorismo*. Lisboa: Guerra e Paz, 2008.

KEYES, R. *A era da pós-verdade: desonestidade e enganação na vida contemporânea*. Petrópolis: Vozes, 2018.

KIRSCH, T. G.; DILLEY, R. E. - Regimes of ignorance: an introduction. In DILLEY, R.; KIRSCH, T. G., eds. - *Regimes of ignorance: anthropological perspectives on the production and reproduction of non-knowledge*. Oxford: Berghann, 2015.

LOVELUCK, B. - *Redes, liberdade e controle: uma genealogia política da internet*. Petrópolis: Vozes, 2018.

MARÇAL, D. - *Pseudociência*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2014

MATTELART, A. - *The information society: an introduction*. Londres: Sage, 2003.

MATTELART, A. - *História da sociedade da informação*. São Paulo: Loyola, 2002.

McINTYRE, L. - *Posverdad*. Madrid: Cátedra, 2018.

MENEZES, P. B. - *Fake news: modernidade, metodologia, regulação e responsabilização*. São Paulo: Juspodivm, 2022.

MUROLO, L. - La posverdad es mentira. Un aporte conceptual sobre fake news y periodismo. In APARICI, R.; GARCÍA-MARÍN, M., coords. - *La posverdad: una cartografía de los médios, las redes y la política*. Barcelona: Gedisa, 2019, p. 65-80.

NAEEM, S.; BHATTI, R. - The Covid-19 'infodemic': a new front for information professionals. *Health Information and Libraries Journal*, v. 37, n.3, 2020, pp. 233-239.

O'CONNOR, WEATHERALL, J. - *The misinformation age: how false beliefs spread*. New Haven: Yale University Press, 2019.

PELLICER ALAPONT, M. P. - *La comunicación en la era Trump*. Barcelona: UOC, 2017.

PRADO, M. - *Fake news e inteligência artificial: o poder dos algoritmos na guerra da desinformação*. São Paulo: Edições 70, 2022.

PROCTOR, R. - Agnotology: a missing term. In PROCTOR, R.; SCHIEBINGER, L. eds. - *Agnotology: the making and unmaking of ignorance*. Stanford: California Stanford University Press, 2008.

RIEH, S. Y. - Credibility and cognitive authority of information. In BATES, M.; MAACK, M. N., ed. - *Encyclopedia of Library and Information Sciences*, 3. ed. New York: Taylor and Francis Group; LLC, 2010. p. 1337-1344.

SANTAELLA, L. - *A pós-verdade é verdadeira ou falsa?*

Barueri: Estação das Letras e Cores, 2019.

SCHNEIDER, M. - *A era da desinformação: pós-ver-*

dade, fake news e outras armadilhas. Rio de Janeiro:

Garamond, 2022.

SERRANO OCEJA, J. F. - *La sociedad del desconoci-*

miento: comunicación posmoderna y transformación

cultural. Madrid: Encuentro, 2019.

SOUZA, J.; AVELINO, R.; SILVEIRA, S., orgs. - *A sociedade*

do controle: manipulação e modulação nas redes digi-

tais. São Paulo: Hedra, 2018.

TIBURI, M. - *Como derrotar o turbotecnomachonazifas-*

cismo. 2020.

WARDLE, C., DERA KHSHAN, H. - *Information disorder:*

Toward an interdisciplinary framework for research and

policy making. Strasbourg: Council of Europe, 2017.

WILBER, K. - *Trump y la posverdad*. Barcelona: Kairós,

2018.

WILSON, P. - *Second-hand knowledge: an inquiry into*

cognitive authority. Westport: Greenwood Press, 1983.

ZAGZEBSKI, L. T. - *Epistemic authority: a theory of trust,*

authority, and autonomy in belief. New York: Oxford

University Press, 2012.

ZAROCOSTAS, J. - How to fight an infodemic. *The Lan-*

cet, v. 395(10225), p. 676, 2020.